RESUMO EXPANDIDO
Anais do Congresso Interdisciplinar Internacional – CONIÚNICA
08 a 11 de setembro. Híbrido, Ipatinga – MG
doi.org/10.53426/con.v5i0.001

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

INCLUSÃO ESCOLAR E PRÁTICA DOCENTE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DE UMA REVISÃO DE LITERATURA

SCHOOL INCLUSION AND TEACHING PRACTICE: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FROM A LITERATURE REVIEW

INCLUSIÓN ESCOLAR Y PRÁCTICA DOCENTE: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS A PARTIR DE UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA

doi.org/10.53426/con.v5i0.001

Ana Paula Venância de Paiva[1]; Josivaldo Emerick da Veiga[2]
[1] Faculdade Única, Ipatinga-MG; [2] Faculdade Única, Ipatinga-MG.
Grupo de Trabalho: GT 1 – Educação, Formação Docente e Práticas Pedagógicas

RESUMO

A inclusão escolar constitui princípio fundamental para a garantia do direito à educação e para a construção de sistemas educacionais comprometidos com a diversidade. Entretanto, a matrícula na escola regular não assegura, por si só, participação, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, sendo necessárias mudanças nas práticas pedagógicas, nas condições institucionais e nos processos de formação e apoio aos professores. Este estudo tem como objetivo analisar os principais desafios da inclusão escolar e suas implicações para a prática docente. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, organizada a partir de oito estudos científicos e quatro documentos normativos relacionados à educação inclusiva. O corpus foi delimitado para contemplar produções diretamente relacionadas à formação docente, práticas pedagógicas inclusivas, barreiras à aprendizagem, atendimento educacional especializado (AEE), condições de trabalho e colaboração entre profissionais. A análise foi organizada em três eixos: formação e desenvolvimento profissional docente; condições institucionais e materiais para as práticas pedagógicas; e construção coletiva da inclusão escolar. Veiga e Ferreira (2024) contribuem para a análise ao compreenderem os processos de significação, sentidos e ressignificação relacionados à profissão docente, permitindo considerar a docência como construção profissional atravessada pelas experiências e relações sociais. Os resultados indicam que a efetivação da inclusão depende da articulação entre formação continuada, acessibilidade, recursos pedagógicos, apoio institucional e trabalho colaborativo. Conclui-se que a inclusão não pode ser atribuída exclusivamente ao professor, pois sua atuação é condicionada pelas estruturas, recursos e relações presentes na escola.
Palavras-chave: Educação inclusiva; Inclusão escolar; Prática docente; Formação docente; Trabalho colaborativo.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva amplia a compreensão do direito à educação ao reconhecer a diversidade como característica constitutiva dos espaços escolares. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos, enquanto a Lei nº 9.394/1996, o Decreto nº 6.949/2009 e a Lei nº 13.146/2015 fortalecem a proteção jurídica das pessoas com deficiência e a

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

responsabilidade dos sistemas de ensino pela garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem.

Apesar dos avanços legais, a literatura evidencia que a presença do estudante na escola regular não significa, automaticamente, inclusão efetiva. Zerbato e Mendes (2021) mostram que a escolarização em classes comuns exige mudanças nas práticas pedagógicas, formação de professores e recursos de apoio capazes de reduzir barreiras à participação e à aprendizagem.

Nessa perspectiva, o trabalho docente precisa ser analisado em articulação com as condições concretas em que é realizado. Veiga e Ferreira (2024) discutem a construção de significações e sentidos relacionados à profissão docente, contribuindo para compreender que o professor constitui sua atuação profissional em processos sociais e históricos, e não apenas pela aquisição de técnicas.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar os principais desafios da inclusão escolar e suas implicações para a prática docente, considerando três dimensões articuladas: formação profissional, condições institucionais e materiais, e construção coletiva das práticas inclusivas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa. Para a organização desta versão revisada, o corpus analítico foi delimitado a oito estudos científicos diretamente relacionados ao objeto da pesquisa e a quatro documentos normativos brasileiros. Foram priorizadas publicações e documentos disponíveis em periódicos científicos, SciELO, repositórios institucionais e bases acadêmicas de acesso público, considerando produções localizadas no período de 2018 a 2026.

Os termos utilizados para a identificação das produções foram: “educação inclusiva”, “inclusão escolar”, “formação docente”, “práticas pedagógicas inclusivas”, “barreiras à aprendizagem”, “atendimento educacional especializado” e “trabalho colaborativo”. Como critérios de inclusão, consideraram-se estudos com relação direta com a inclusão escolar e o trabalho docente, textos completos disponíveis e produções que contribuíssem para pelo menos um dos três eixos de análise. Foram excluídas produções centradas em temas sem relação direta com inclusão escolar, como inteligência artificial, aulas práticas ou motivação docente quando não articuladas ao objeto investigado.

Além dos estudos científicos, foram analisados a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/1996, o Decreto nº 6.949/2009 e a Lei nº 13.146/2015. A análise do material foi realizada por leitura temática e organização dos achados em três eixos: (1) formação e desenvolvimento profissional docente; (2) condições institucionais e materiais para as práticas pedagógicas; e (3) construção coletiva da inclusão escolar. Esse procedimento permitiu relacionar os resultados dos estudos às determinações legais e evitar conclusões desvinculadas das fontes analisadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Formação e desenvolvimento profissional docente

O primeiro eixo evidencia que a formação docente é condição relevante para a construção de práticas capazes de responder à diversidade das salas de aula. Zerbato e Mendes (2021), ao investigarem um programa colaborativo de formação baseado no Desenho Universal para a Aprendizagem, identificaram que estratégias formativas articuladas à reflexão sobre situações reais favoreceram a elaboração de práticas voltadas à participação e à aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

Santos e Rodrigues (2024) também destacam a necessidade de formação adequada para que professores desenvolvam competências e estratégias relacionadas à educação inclusiva. Esses resultados indicam que a formação não deve ser compreendida apenas como preparação inicial, mas como processo contínuo, relacionado aos desafios concretos do cotidiano escolar.

Nesse ponto, Veiga e Ferreira (2024) oferecem uma contribuição específica ao discutir significação, sentidos e ressignificação relacionados à profissão docente. Essa perspectiva permite compreender que o desenvolvimento profissional envolve a construção de sentidos sobre o próprio trabalho e sobre o papel do professor. Em uma escola inclusiva, essa dimensão profissional se articula à capacidade de rever concepções, planejar estratégias acessíveis e trabalhar com outros profissionais.

2. Condições institucionais e materiais para as práticas pedagógicas

O segundo eixo demonstra que a formação, embora indispensável, não é suficiente para garantir práticas inclusivas. A literatura analisada relaciona a efetivação da inclusão à existência de recursos pedagógicos e de acessibilidade, tempo para planejamento, apoio especializado, infraestrutura e condições institucionais que permitam ao professor desenvolver e acompanhar estratégias diferenciadas.

Zerbato e Mendes (2021) mostram que o planejamento de práticas acessíveis pode ampliar as possibilidades de participação dos estudantes quando são utilizados diferentes meios de representação, ação, expressão e engajamento. Os achados do estudo indicam que estratégias construídas coletivamente podem favorecer a participação de estudantes que anteriormente apresentavam dificuldades para acompanhar determinadas atividades.

Do mesmo modo, Menezes (2025), ao analisar o atendimento educacional especializado e o trabalho colaborativo em uma escola estadual de Minas Gerais, identifica dificuldades de articulação entre professores do AEE, docentes regentes e gestão pedagógica. O estudo destaca a necessidade de ações de planejamento e articulação que ultrapassem a atuação isolada de cada profissional.

A análise das condições institucionais também permite interpretar as barreiras à inclusão para além das características individuais dos estudantes. A Lei nº 13.146/2015 estabelece a responsabilidade do poder público em assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem e em eliminar barreiras que dificultem o exercício do direito à educação. Consequentemente, as dificuldades encontradas pelos professores precisam ser relacionadas às condições objetivas de realização do trabalho pedagógico.

Portanto, a inclusão exige que a escola disponibilize recursos e apoios compatíveis com as necessidades dos estudantes e com as responsabilidades atribuídas aos profissionais. Quando esses elementos não estão presentes, a formação docente pode perder parte de sua capacidade de produzir mudanças concretas, pois o professor permanece limitado pelas condições estruturais do ambiente em que atua.

3. Construção coletiva da inclusão escolar

O terceiro eixo evidencia a importância da colaboração entre professores da sala comum, profissionais do AEE, gestão, famílias e demais integrantes da comunidade escolar. Araruna (2018), ao investigar a articulação entre professores do AEE e do ensino comum, aponta a relevância do trabalho colaborativo para a transformação das práticas pedagógicas e para a construção compartilhada de estratégias de ensino.

Menezes (2025) reforça essa compreensão ao identificar entraves na articulação entre professores do AEE e regentes e ao propor ações de gestão voltadas ao planejamento colaborativo. De forma semelhante, Pires (2025), em revisão sobre o ensino colaborativo, destaca a articulação

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

entre o professor especializado e o professor da sala regular como elemento relevante para processos de ensino e aprendizagem mais inclusivos.

A colaboração também aparece nos resultados de Zerbato e Mendes (2021), cujo programa de formação envolveu professores em exercício, estudantes de licenciatura e especialistas na elaboração coletiva de planos de aula. Os resultados mostram que a reflexão conjunta sobre desafios concretos pode produzir mudanças nas formas de planejar e implementar as atividades pedagógicas.

Esses achados permitem afirmar, com base nas fontes analisadas, que a inclusão escolar não se sustenta em ações individuais e isoladas. Ela depende da criação de espaços institucionais para planejamento, troca de experiências, acompanhamento dos estudantes e tomada compartilhada de decisões. Essa perspectiva também se articula à contribuição de Veiga e Ferreira (2024), pois os sentidos atribuídos à profissão e ao trabalho docente são construídos e ressignificados nas relações sociais e profissionais.

Desse modo, o trabalho coletivo não deve ser entendido apenas como divisão de tarefas, mas como possibilidade de construção conjunta de conhecimentos, responsabilidades e estratégias pedagógicas. A colaboração entre os diferentes atores da escola pode favorecer a identificação de barreiras, a definição de recursos e a avaliação das estratégias utilizadas, aproximando os princípios legais da experiência cotidiana dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão evidencia que a educação inclusiva constitui um avanço fundamental na garantia do direito à educação, mas sua efetivação ultrapassa a matrícula na escola regular. Os documentos legais analisados estabelecem princípios de acesso, permanência, participação e aprendizagem, enquanto os estudos selecionados demonstram que esses princípios dependem de condições concretas para sua realização.

No primeiro eixo, os resultados indicam que a formação inicial e continuada precisa estar relacionada aos desafios reais da escola e favorecer reflexão sobre as práticas. Veiga e Ferreira (2024) contribuem para essa discussão ao evidenciarem a dimensão dos sentidos e das significações na construção da profissão docente. No segundo eixo, os estudos demonstram que recursos, acessibilidade, apoio especializado, infraestrutura e tempo para planejamento interferem diretamente nas possibilidades de realização de práticas inclusivas. No terceiro eixo, as fontes analisadas apontam que a articulação entre professores, AEE, gestão e comunidade escolar fortalece a construção de respostas pedagógicas compartilhadas.

Conclui-se, portanto, que a responsabilização individual do professor é insuficiente para explicar os limites e as possibilidades da inclusão escolar. A atuação docente é fundamental, mas está condicionada pelas estruturas institucionais, pelos recursos disponíveis e pelas relações estabelecidas no cotidiano escolar. Uma escola efetivamente inclusiva exige políticas e práticas articuladas que promovam formação, valorização profissional, acessibilidade, suporte institucional e colaboração, garantindo condições para que todos os estudantes participem, aprendam e desenvolvam suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

ARARUNA, Maria Rejane. Articulação entre o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o professor do ensino comum: um estudo das perspectivas do trabalho

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

colaborativo em duas escolas municipais de Fortaleza. 2018. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

MACHADO, Michela Lemos Silveira. O trabalho docente colaborativo na perspectiva da educação inclusiva. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2020.

MENEZES, Tatiane Caires Martins de Souza. Atendimento educacional especializado e trabalho colaborativo: proposições para a gestão pedagógica de uma escola estadual de Minas Gerais. 2025. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025.

PIRES, Maria Eduarda Ribeiro. O ensino colaborativo entre o professor do atendimento educacional especializado e o professor da sala de aula regular: uma revisão de literatura. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2025.

SANTOS, Douglas Manoel Antônio de Abreu Pestana dos; RODRIGUES, Eurico Fiame. Formação docente e educação inclusiva: perspectivas e desafios atuais. Cadernos de Estágio, v. 5, n. 4, 2024. DOI: 10.21680/2763-6488.2023v5n4ID35686.

SOUZA, Gessymar Nazaré Silva et al. Inteligência artificial como mediação pedagógica no contexto da educação inclusiva. Aurum Editora (e-books), p. 333-350, 2026. DOI: 10.63330/aurumpub.022-024.

VEIGA, Josivaldo Emerick da; FERREIRA, Luciana Haddad. O processo de significação atribuída à profissão docente. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 17, n. 12, e12861, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.12-252.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 47, e233730, 2021. DOI: 10.1590/S1678-4634202147233730.